

Boas Práticas da Publicação Científica: um manual para autores, revisores, editores e integrantes de Corpos Editoriais¹

1. Introdução

Bem-vindo ao *Manual ANPAD de Boas Práticas da Publicação Científica*. Este documento é uma iniciativa da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração e visa a ajudar os periódicos brasileiros a alcançar elevado desempenho e a ampliar o seu impacto como fonte de pesquisa referencial nas áreas de Administração e Contabilidade. As *Boas Práticas* representam um conjunto de critérios e orientações a respeito da publicação científica e dos papéis dos principais atores envolvidos no processo, tanto sob o ponto de vista ético quanto do operacional. A adoção destas *Boas Práticas* na gestão de periódicos científicos, com certeza, contribuirá fortemente para a consolidação das duas áreas como campos de conhecimento científico.

Este documento não tem caráter normativo, mas sim de orientação. Ele foi construído com base na literatura e na prática de se produzir a publicação científica, e segui-lo seguramente significa geri-la bem. Por outro lado, *não* segui-lo não necessariamente implica geri-la mal. Isto é, as soluções e recomendações aqui contidas levam a um resultado satisfatório, mas se reconhece que este último possa eventualmente ser também alcançado por vias alternativas.

A editoria científica é entendida neste documento com uma prestação de serviço, cujos usuários finais são os pesquisadores e profissionais da área e cujo benefício final do processo é o acesso ao conhecimento. Os autores e suas instituições são beneficiários secundários, à medida que as carreiras dos primeiros e a avaliação das últimas são influenciadas pela publicação dos resultados do trabalho do pesquisador. Desta forma, editores e corpos editoriais carregam uma responsabilidade significativa, relacionada ao desenvolvimento da área de conhecimento e às carreiras dos autores.

Na perspectiva de autores e de suas instituições, a função primária de um periódico acadêmico deveria ser a comunicação dos resultados de pesquisas da forma mais ampla possível. No entanto, na cultura vigente², autor e instituição dependem da publicação em periódicos para que ambos sejam bem avaliados. Tal cultura acaba modificando o objetivo original, passando a publicação do maior número de artigos a ser mais importante do que divulgar estudos capazes de ter um impacto significativo.

Outros interessados nas publicações científicas seriam os gestores de organizações em geral, mas discute-se intensamente se um mesmo periódico poderia ter a função de divulgar tanto resultados de pesquisa, para pesquisadores, como a respectiva aplicação prática, para gestores. O esperado é que existam veículos diferenciados nos quais seja possível publicar um mesmo estudo com focos distintos. Ter-se-iam, então, os periódicos voltados para a publicação acadêmica, representada pelos artigos científicos, e os destinados à difusão tecnológica, privilegiando a aplicação do conhecimento.

Este tipo de duplicidade na divulgação de resultados de pesquisa é avaliado positivamente, na medida em que busca atingir diferentes públicos-alvo. Enquanto a primeira espécie de produção, acadêmica, tem como finalidade fundamental expor e disseminar avanços no conhecimento, a segunda, tecnológica, destina-se a divulgar as formas como o conhecimento pode ser aplicado em benefício dos sistemas sociais em geral (empresas, organizações públicas, organizações não governamentais etc.).

¹ 1ª. edição, 2010. Aprovada pelo Fórum de Editores Científicos de Administração e Contabilidade, por ocasião do II Encontro de Editores Científicos de Administração e Contabilidade (II EnEC), realizado no Rio de Janeiro, em 25.09.2010. A versão final, divulgada em dezembro de 2010, foi revisada mediante consulta pública realizada com esses editores.

² Neste documento, não cabe discutir a avaliação de instituições, cursos e profissionais, mas é indispensável identificá-la como uma dimensão que pressiona o sistema de educação superior e seus atores.

A reflexão sobre o tipo de público com que se pretende estabelecer diálogo e sobre os objetivos a serem alcançados junto a cada grupo de interesse é elemento essencial a considerar no estabelecimento da *missão* do periódico. Essa tarefa, da qual decorrem outras definições, como o tipo de linguagem, a extensão dos trabalhos e o nível de detalhe dos estudos publicados, compete à instância máxima do periódico, o Comitê de Política Editorial ou Conselho Editorial, cuja constituição e demais atribuições estão descritas neste documento.

A publicação de um estudo não é, portanto, um ato isolado de autores, como poderia parecer. Há uma rede de interlocutores, igualmente pesquisadores, que interagem entre si, como partes de um sistema. Compõem essa rede os editores, os revisores, os integrantes dos Corpos Editoriais Científicos e, finalmente, os leitores. Discutem-se, adiante, aspectos operacionais e éticos envolvidos nos respectivos papéis de cada um destes agentes e propõe-se um *código de conduta* a ser por eles observado na produção de periódicos científicos.

Na próxima seção descrevem-se os padrões e critérios gerais do processo de editoria científica. Nas demais, abordam-se recomendações de *Boas Práticas da Publicação Científica* no seu sentido mais amplo, tratando da existência e da atuação tanto de órgãos coletivos como de atores individuais – editores, revisores e autores.

2. Padrões do processo editorial

2.1. Estrutura gerencial e editorial

A primeira e principal preocupação de um periódico científico é *levar aos seus leitores o conhecimento novo e relevante dentro de sua área temática*. As outras duas, sem precedência de uma sobre outra, são: *fazê-lo a tempo e hora e perenizar-se*, ou seja, zelar pela sua própria *existência para sempre* (Trzesniak, 2009). A preocupação *primeira e principal* e a *tempestividade* são garantidas pelo *processo editorial*, uma série de tarefas sequenciais, que devem ser executadas de modo sistemático e eficiente. Esse processo deve, também, ser transparente, ou seja, na medida do possível, oferecer a possibilidade de acompanhamento pelas partes envolvidas. Já a *perenidade* se configura pela existência de (i) uma sólida retaguarda institucional, (ii) de um Comitê de Política Editorial e (iii) de um regulamento que contempla a sucessão/escolha do editor e a estrutura científica do periódico (Trzesniak, 2009).

A sequência de tarefas do processo editorial parece ser conhecida dos acadêmicos em geral, mas não basta conhecer o fluxo para que se alcance o resultado desejado. É preciso saber operacionalizá-lo para alcançar a eficiência. Como se trata de um processo envolvendo vários atores – editores, revisores, autores – e como se está lidando com o mundo das ideias, é natural esperar-se que, apesar de sistemático, esse processo contenha uma alta dose de subjetividade (Kacmar, 2008). Trzesniak (2006) sugere que os periódicos, além do Regulamento Geral mencionado no primeiro parágrafo desta seção, possuam um manual do processo editorial, contendo a descrição detalhada de cada procedimento da rotina operacional. Isso, além de facilitar o trabalho do editor, garante a uniformidade e, especialmente, a continuidade do processo ao longo do tempo, particularmente quando há uma substituição na equipe (inclusive do próprio editor).

2.2. Requisitos mínimos de um periódico científico em Administração e Contabilidade

- Ter registro no ISSN (*International Standard Serial Number* – Número Internacional Padronizado para Publicações Seriadas).

- Informar, no sítio eletrônico e nas edições impressas (se houver), os dados das organizações responsáveis pela publicação.
- Apresentar, no seu sítio eletrônico, a *missão* do periódico, incluindo seu foco temático e sua preocupação com a qualidade, e mencionando explicitamente a adoção de avaliação por pares na forma de *blind review*.
- Informar os nomes completos e as respectivas afiliações institucionais do editor, também denominado editor-geral ou editor-chefe³, dos editores associados⁴ (se houver), e de todos os integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico.
- Publicar, anualmente, na página ou portal de internet, e no último número de cada volume, para periódicos impressos, a lista daqueles que atuaram como revisores do periódico no ano, sem, no entanto, estabelecer uma ligação entre revisores e os manuscritos revistos.
- Disponibilizar permanentemente, no sítio eletrônico, as *normas de submissão*, com menção explícita aos idiomas de submissão e publicação oficiais do periódico, e a *política editorial*, incluindo a descrição dos procedimentos de tramitação e arbitragem.
- Publicar, no mínimo, dois fascículos por ano, contendo artigos de caráter acadêmico-científico, inéditos e significativos para a área específica do periódico.
- Apresentar, no início de cada artigo: título, resumo e palavras-chave, no(s) idioma(s) em que for oferecido o texto e em inglês; e os nomes dos autores, com a respectiva afiliação institucional;
- Fornecer o endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores.

3. Boas Práticas de Publicação Científica aprovadas pela área

Além do que estabelecem as seções anteriores, os editores da área concordam em adotar os seguintes preceitos de política de divulgação, de qualidade e de conduta ética:

- A *Boa Prática Editorial* no século XXI implica empregar um sistema de gerenciamento eletrônico para o processo editorial⁵, o que assegura sua padronização, uniformidade, agilidade, transparência e rastreabilidade.
- A *Boa Prática Editorial* implica, também, celeridade do processo de editoração. Nessa linha, os atores principais desse processo – editores, revisores e autores, devem enviar ações visando a atender aos seguintes prazos máximos em relação à data de submissão: a) até 30 dias, para comunicar aos autores o resultado da revisão de admissão (*desk review*), que define se o manuscrito passará pelo processo de revisão do periódico; e até 120 dias, para o encaminhamento aos autores do primeiro parecer de cada um dos revisores, no caso de manuscritos que tenham sido aceitos no *desk review*.
- Acesso *on-line* a todo o conteúdo publicado, irrestrito e livre de quaisquer ônus para o leitor, preferencialmente sob uma licença *Creative Commons* na modalidade *atribuição, uso não comercial e compartilhamento pela mesma licença*⁶;

³ Pode haver também um *editor administrativo*, *editor assistente* ou *editor executivo*, que não se envolve com o processo editorial dos artigos, mas com a gerência do periódico. Muitas vezes o *editor* executa as duas funções. O requisito colocado no item diz respeito a quem responde pela condução do processo editorial.

⁴ Empregaremos a denominação *editor associado* para designar tanto estes como os *adjuntos*, os *de Área* e os *de Seção*, pois, embora possam ter funções um pouco diferentes, todos atuam no mesmo nível hierárquico do processo editorial dos periódicos (ver **diagrama 1**).

⁵ Trzesniak (2006) recomenda o SEER/OJS (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas/Open Journal Systems), desenvolvido pela University of British Columbia e pela Simon Fraser University, do Canadá, e adaptado para o Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O *software* está disponível gratuitamente em português e é fácil de instalar, manter e utilizar.

- Inclusão, na página inicial de cada artigo, da legenda bibliográfica completa, das informações completas acerca de direitos de cópia e do histórico de tramitação editorial (datas de recebimento, reformulação, aceitação e disponibilização no *site*);
- Inclusão, no rodapé de todas as páginas, da legenda bibliográfica resumida (nome do periódico, volume, paginação do artigo) e do logo adequado da licença *creative commons*, caso esta seja adotada; e, no topo das páginas, alternadamente, os nomes dos autores e o título do trabalho;
- Processo editorial compartilhado entre pesquisadores e docentes pertencentes a diversas instituições, de modo a evitar o periódico-proprietário, isto é, produzido majoritariamente por pessoas vinculadas a uma instituição específica;
- Não devem ser publicados artigos de autoria do editor científico ou editor-geral, também chamado, neste documento, de editor, e de editores associados, mesmo que esta autoria seja compartilhada com outros autores;
- Não deve ser publicado, no mesmo ano, mais de um artigo de um autor, independentemente da posição deste na autoria do texto.
- No caso de publicação de artigo de autoria de dirigentes das instituições mantenedoras do periódico ou de quaisquer dos integrantes do Comitê de Política Editorial ou do Corpo Editorial Científico, deve ser especificado claramente, na peça editorial que apresenta o respectivo número do periódico, como ocorreu a avaliação do manuscrito, ressaltando a independência e a isenção do respectivo processo;
- A cada ano, a fração de artigos originários de uma determinada instituição (isto é, com pelo menos um autor, docente ou discente, a ela vinculado) não deve exceder 15% do total de artigos publicados;
- Clara definição dos requisitos e processos de escolha e dos papéis/responsabilidades do editor-geral e dos editores associados (se houver), dos integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico, incluindo prazos de mandato e possibilidade de recondução.

4. O papel do editor

O editor coordena o processo editorial e também promove o desenvolvimento dos autores e avaliadores da publicação. Seu compromisso é que o periódico ofereça o que houver de melhor em termos de conhecimento novo dentro da área temática, observando, no processo de seleção dos artigos, os mais elevados padrões éticos.

As *Boas Práticas* preconizam que a escolha do editor de um periódico seja supervisionada pelo Comitê de Política Editorial, e que considere diversos fatores, entre os quais: liderança como pesquisador da área, reconhecimento da comunidade, histórico de atuação como revisor e autor e seu projeto de trabalho para o periódico⁷ (Trzesniak, 2009). A avaliação do potencial candidato terá em conta, então, por um lado, a sua atuação pregressa, envolvendo seu histórico de publicação em periódicos qualificados e, por outro, o seu comprometimento futuro, relacionado às suas propostas de melhoria do periódico e do processo de seleção de trabalhos para publicação.

Debra Shapiro e Jean Bartunek, que presidiram a *Academy of Management* e também atuaram no Conselho Editorial do *Academy of Management Journal*, enfatizam a importância da confiabilidade do editor na seleção dos artigos, pois a publicação em periódico está fortemente relacionada ao sucesso da carreira acadêmica dos autores (Shapiro; Bartunek,

⁶ Para maiores informações sobre esse tipo de licença e a maneira de empregá-la, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/>.

⁷ Algumas diretrizes para o processo de seleção do editor podem ser encontradas em Trzesniak (2004a).

2008). Para esses autores, é essencial que os indivíduos que atuam como editores demonstrem:

- *Competência* para produzir estudos e revisões de manuscritos com alta qualidade;
- *Cordialidade* em relação a novos pesquisadores e outros profissionais da área de conhecimento; e
- *Integridade e consistência* como geradores, avaliadores e mentores de estudos de alta qualidade.

A *competência* dos editores reside na sua capacidade de identificar falhas⁸ em manuscritos e na habilidade de atuar junto aos autores de forma construtiva, para corrigir estas falhas e melhorar os artigos. Isso exige que estejam atualizados relativamente à área de conhecimento e aos métodos de pesquisa nela utilizados.

A *cordialidade* está associada à forma com que as revisões/pareceres são preparadas. É desejável que o editor atenuar críticas exageradas eventualmente feitas por revisores, tenha sensibilidade para comunicar as ideias, seja consistente em seus comentários e sugestões com as regras de aceitação declaradas pelo periódico, e seja aberto a novas ideias (teorias, métodos etc.). O editor deve rever os comentários dos revisores para que o autor receba uma avaliação construtiva e encorajadora, mesmo que seu trabalho não permaneça no processo de revisão para publicação. *Respeito e dignidade* são palavras-chave nesse processo.

Finalmente, a *integridade* está associada à ideia de que princípios éticos são consistentemente seguidos.

Na sequência, apresenta-se uma lista de deveres e responsabilidades gerais de editores, a qual se baseia primariamente no código de conduta dos editores do *Committee on Publications Ethics* (COPE, 2010).

- O editor é responsável por tudo que é veiculado em seu periódico. Ao decidir que provavelmente irá aprovar a publicação de um manuscrito, ele deve examiná-lo integralmente, sendo recomendado que sugira e negocie com os autores a realização de modificações que julgar necessárias, em benefício da clareza na comunicação das ideias e do rigor científico – mas deve fazê-lo sem interferir no estilo dos autores (Toback, 2008; Botsford, 1993). A responsabilidade do editor, não pode, no entanto, abranger consequências indesejadas ou imprevistas que possam decorrer do uso ou da aplicação das informações veiculadas no periódico. Um periódico científico divulga resultados de pesquisa, cuja comprovação é satisfatória em todos os aspectos para a continuidade da investigação em nível acadêmico, mas não é suficiente para um emprego totalmente seguro e previsível em qualquer outro contexto. As consequências de tal emprego são de responsabilidade exclusiva de quem o fizer, o que deve ser explicitamente informado aos leitores.
- O editor deve esforçar-se para melhorar constantemente o periódico, visando ao atendimento das necessidades de todos os atores envolvidos no processo de publicação, mas deve dedicar atenção prioritária aos leitores, principais beneficiários e clientes preferenciais da revista.
- Cabe ao editor, também, promover a celeridade da divulgação científica. Quando o periódico tiver um estoque igual ou superior a dois fascículos prontos para divulgação, certamente é chegado o momento de aumentar o número de artigos por fascículo e/ou o número de fascículos anuais.

⁸ Entende-se como *falha* qualquer problema de coerência lógica, acurácia ou clareza teórica ou empírica no conteúdo científico. Editores (e revisores) devem manter-se também atentos às possibilidades de artigos fraudulentos. Sugere-se, como leitura inicial a esse respeito, a página da *wikipedia* em inglês sobre o trote de Sokal (*Sokal hoax*), http://en.wikipedia.org/wiki/Sokal_affair.

- O editor deve publicar orientações aos autores sobre tudo o que se espera destes. Estas orientações devem ser atualizadas sempre que necessário.
- Ao receber um manuscrito, o editor deve providenciar a revisão de admissão (*desk review*), a ser realizada diretamente por ele ou solicitada a um membro do Corpo Editorial Científico, certificando-se de que o manuscrito cumpre requisitos básicos para ser acolhido no processo editorial (relevância científica, correção da linguagem, boa apresentação geral e adequabilidade às normas e à política editorial). Caso deixe de atender a *qualquer um* desses requisitos, o original deve ser recusado de imediato, cortesmente, mas com firmeza suficiente. A rigor, ao dar andamento a um manuscrito obviamente preparado com pouca dedicação, o editor torna-se corresponsável com autores na atitude questionável de transferir a responsabilidade destes últimos para revisores. Para auxiliá-lo no processo, o editor-chefe pode recorrer a seus editores associados ou ainda a membros do Conselho de Política Editorial.
- Outro requisito que justifica a recusa imediata de um original, e que deve igualmente ser observado na revisão de admissão, é a falta de ineditismo do trabalho. Além de conferir em livros e em outras revistas, o editor precisa verificar casos de ressubmissão ao seu próprio periódico. Existem relatos de trabalhos idênticos apresentados mais de uma vez ao mesmo periódico, sendo uma vez rejeitado, outra vez aceito para publicação, e tendo aspectos de qualidade como justificativa nos dois casos.
- As diretrizes para o processo de avaliação por pares (incluindo orientações sobre tudo o que se espera dos revisores) devem ser publicadas e atualizadas sempre que necessário. Caso venham a ocorrer desvios significativos dessas diretrizes, o editor deve estar preparado para justificá-los.
- A bem da ética, revisores não podem pertencer à mesma instituição que qualquer dos autores do manuscrito ou serem destes coautores habituais. Igualmente, não é ético induzir a aceitação (ou a rejeição) do trabalho, encaminhando submissões a revisores cujo rigor seja reconhecidamente abaixo (ou acima) da média, ou cujos paradigmas científicos estejam em acordo (ou em desacordo) com os seguidos pelos autores.
- O editor coordena a avaliação da submissão pelos revisores, embora possa delegar essa coordenação a um editor associado ou mesmo a um integrante do Corpo Editorial Científico. No entanto, a decisão final quanto a publicar o trabalho será *sempre* dele, editor e deverá estar baseada na importância, originalidade, clareza e relevância do artigo para a área de atuação do periódico. Tal decisão *pode* contrariar as recomendações dos revisores, desde que o editor não esteja convencido das justificativas por eles apresentadas ou se ele observar sérias limitações científicas no artigo. Em outras palavras, o editor não é refém dos pareceres e opiniões que lhe chegam, mas, caso tenha de contrariá-los, deve agir com ética e discernimento muito claro. Neste caso, deveria o editor contatar os revisores e apresentar-lhes as razões de suas divergências. Desta maneira, o editor preservaria o bom relacionamento com os revisores, valorizando o trabalho destes, ao invés de se colocar como um juiz inalcançável.
- O editor deve zelar também pelo cumprimento dos prazos de emissão de pareceres. Uma alternativa de ação é sugerir uma data limite e solicitar a concordância explícita ou uma contraproposta do revisor. Isto quebra a sensação de que o prazo (para o que, afinal, é uma tarefa voluntária) esteja sendo imposto ao avaliador e, como ele participa da definição, aumenta seu comprometimento e sua responsabilidade em atendê-lo.
- O editor precisa zelar para que os pareceres analisem: (i) a originalidade do trabalho, isto é, se o manuscrito realmente apresenta uma contribuição para a área de conhecimento, ou se se trata meramente de uma reedição de ideias e conceitos; (ii) a solidez do embasamento da pesquisa; e (iii) no caso de artigos empíricos, também o rigor das condições em que ela foi realizada. É ainda *indispensável* que os pareceres contenham sugestões que possam melhorar o trabalho e um posicionamento claro e *fundamentado*

acerca da sua publicação ou não. Caso não atendam a esses requisitos, devem ser descartados, sendo necessário, então, recorrer a outro revisor.

- O editor deve mediar a relação entre revisores e autores, verificando a pertinência das alterações solicitadas por aqueles e, quando cabível, aceitando a argumentação dos últimos para não acatá-las. Revisores, às vezes, solicitam modificações exageradas no estudo original, podendo até vir a deturpá-lo, ou propõem mudanças contrárias às normas de submissão ou à política editorial. O natural seria, então, que o autor argumentasse quanto à adequação das alterações demandadas, mas pode se sentir pouco à vontade para fazê-lo. Cabe ao editor promover o diálogo científico construtivo, inibindo o atendimento resignado e acrítico de solicitações de validade discutível.
- A menos que problemas muito graves sejam identificados no manuscrito, o editor não deve reverter a decisão de aceitá-lo, nem deve fazê-lo um novo editor, relativamente a uma decisão do editor anterior.
- Seguindo os mesmos critérios utilizados para os demais materiais, deve ser dada uma oportunidade especial de publicação a artigos ou comentários que desafiem ou critiquem trabalho anteriormente veiculado no periódico. Apenas razões muito fortes e convincentes, que devem ser explicitadas aos autores da crítica, podem justificar não fazê-lo. Já aos autores do material criticado deve ser dada a oportunidade de resposta. Preferencialmente, crítica e resposta devem ser publicadas simultaneamente.
- O editor deve estar razoavelmente seguro de que o material de pesquisa que publicar esteja em conformidade com normas éticas internacionalmente aceitas. Assim, deve solicitar garantias de que toda a investigação envolvendo questões sensíveis (saúde, condições infantis, entre outras possibilidades) tenha sido aprovada por um organismo adequado (por exemplo, Comissão de Ética em Pesquisa, Conselho de Revisão Institucional). Pode, no entanto, reconhecer que tal aprovação não garante que a pesquisa efetivamente siga princípios éticos.
- O editor deve proteger a confidencialidade da informação individual (por exemplo, obtida na relação consultor-empresário) e empresarial. Por conseguinte, é quase sempre necessário que os autores apresentem o consentimento por escrito dos envolvidos.
- O editor deve tomar todas as medidas razoáveis para garantir a qualidade do material que publica e nunca permitir que interesses individuais e de instituições que patrocinam o periódico comprometam os respectivos padrões acadêmicos.
- Deve haver procedimentos que garantam a confidencialidade e a integridade de todos os materiais submetidos ao periódico, especialmente durante a etapa de revisão.
- O editor deve estar disposto a publicar correções, esclarecimentos, retratações e desculpas, sempre que necessário.
- O editor tem o dever de agir, se suspeitar de má conduta. Esta obrigação se estende a autores e revisores.
- Se, após uma investigação apropriada, um artigo é identificado como fraudulento, este deve ser recolhido. A exclusão deve ser claramente identificável para leitores e sistemas de indexação. Sempre que o editor reconhecer que um material impreciso, enganoso ou distorcido foi publicado, ele deve corrigir o problema prontamente e com o devido destaque.
- Os editores devem ter sistemas de gestão de conflitos de interesse dos distintos atores envolvidos no processo editorial: colaboradores administrativos; autores; revisores; integrantes do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico; editores associados; e os seus próprios.
- O editor deve deixar claro e publicamente disponível, nas páginas e/ou no sítio do periódico, um mecanismo de encaminhamento de reclamações, através do qual quaisquer

insatisfeitos possam se manifestar; e eventuais queixas possam ser prontamente atendidas.

5. Papel do Comitê de Política Editorial, ou Conselho Editorial, e do Corpo Editorial Científico

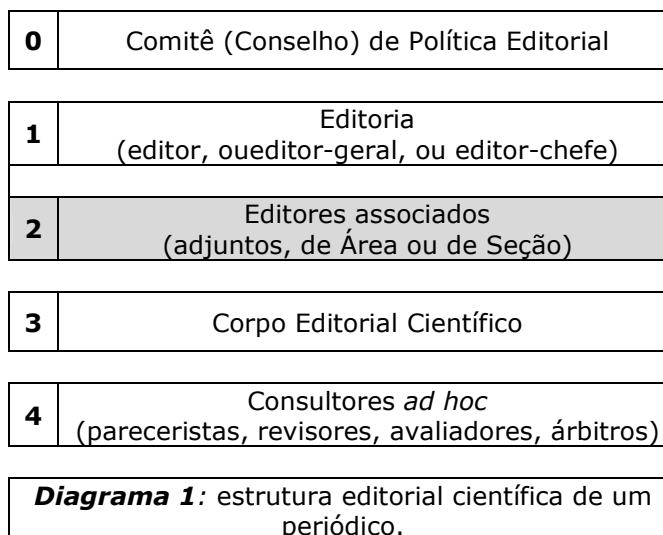
Para estar conforme às *Boas Práticas da Publicação Científica*, um periódico precisa ter necessariamente duas instâncias coletivas: o Comitê de Política Editorial, ou Conselho Editorial, e o Corpo Editorial Científico⁹.

Combinando as conceituações de Lo Bianco et al. (2002) e de Trzesniak (2001, 2009), o Comitê de Política Editorial é formado pelo Editor e por membros que representem adequada e democraticamente os interesses: (i) da área do conhecimento; (ii) das instituições que asseguram a credibilidade científica do periódico; e (iii) das que o respaldam legalmente. Esse Comitê trata das questões de política editorial da revista e atua em bloco (faz reuniões, presenciais ou não), tomando decisões coletivamente e, eventualmente, votando matérias; não tem envolvimento com o conteúdo de qualquer fascículo ou artigo em particular, mas com a coleção como um todo, estabelecendo as diretrizes gerais que a norteiam.

Já o Corpo Editorial Científico é um colegiado necessariamente multi-institucional, integrado por especialistas uniformemente distribuídos em termos tanto *científicos*, cobrindo todas as áreas de conhecimento a que o periódico se dedicar, como *geográficos*, isto é, abrangendo regiões distintas do Brasil e de outros países. Diferentemente dos integrantes do Comitê de Política Editorial, os do Corpo Editorial Científico trabalham individualmente e *têm envolvimento* significativo com o conteúdo dos fascículos do periódico, preocupando-se com a uniformidade, continuidade, qualidade e rigor científico do que é publicado.

O **diagrama 1** ilustra a estrutura editorial científica recomendada de um periódico. Notem-se as posições do Comitê de Política Editorial e do Corpo Editorial Científico acima e abaixo, respectivamente, do editor. O nível de editores associados está sombreado porque, diversamente dos demais, ele não é *obrigatório* dentro das *Boas Práticas da Publicação Científica*, mas revela-se uma *necessidade* quando o número anual de submissões admitidas no processo editorial ultrapassa quarenta (e nada impede que exista mesmo antes disso).

⁹ O periódico *pode* ter outras instâncias coletivas como um Corpo Representativo (eventualmente Internacional), cujos integrantes atuam apenas na divulgação da revista e na captura de artigos, ou um Conselho Consultivo, a que o editor pode recorrer a seu critério, para a solução de algum problema mais complexo. Essas instâncias, porém, têm atribuições específicas, não editoriais, não se constituindo, portanto, em item obrigatório no nível das *Boas Práticas da Publicação Científica*.



É esperado que os integrantes do Corpo Editorial Científico sejam pesquisadores com credibilidade e reconhecimento da comunidade acadêmica, embora possa haver pesquisadores seniores, para dar legitimidade, e membros mais juniores, eventualmente necessários para dar suporte quando novos métodos e teorias sejam empregados nos manuscritos. A diversidade de origem dos membros é um elemento da maior importância para assegurar uma pluralidade de visão com respeito a modelos e teorias, evitando vieses monoculturais; pode, ainda, ajudar a aumentar o número de submissões ao periódico.

Os editores associados são colaboradores muito próximos do editor e, geralmente, membros do Comitê Editorial Científico, com envolvimento significativo no dia a dia do processo editorial. Em termos de atribuições, apenas não tomam a decisão final de publicar ou não um trabalho. Podem ter atuação geral, sendo então *associados* ou *adjuntos*, ou envolver-se apenas com as submissões de uma área (editores de *área*), ou ainda responder exclusivamente por uma seção do periódico, como revisões de livros (editores de *seção*). São de livre escolha do editor, respeitado o regulamento do periódico. Visando a proporcionar estabilidade ao periódico, é interessante que o processo de renovação dessas instâncias seja sempre parcial, para que o conhecimento tácito e a memória dos acontecimentos sejam preservados.

O número de editores associados e o tamanho do Corpo Editorial Científico devem ser o resultado do balanço entre a carga de trabalho aceitável para cada indivíduo e o nível de consistência resultante dos trabalhos destes especialistas. Uma quantidade maior de envolvidos reduz a carga individual, mas aumenta as chances de inconsistência interna no trabalho de revisão dos artigos. Por exemplo, para um periódico com cerca de 100 submissões aceitas para o processo editorial por ano, Trzesniak (2009) propõe entre dois e quatro editores associados e um Corpo Editorial com 20 a 35 membros. Numa média geral, isto corresponde a cerca de trinta artigos por editor associado, e aproximadamente três por integrante do Corpo Científico. Coerentemente, Feldman (2008) sugere que um editor deve encarregar-se de não mais do que 50 manuscritos ao ano. De qualquer sorte, o editor-geral, como responsável pela decisão final de aceitar ou rejeitar manuscritos, acaba se envolvendo com todas as submissões.

Sugere-se considerar um máximo ideal de 50 artigos tanto para editores associados como para os membros do Corpo Editorial. Essa recomendação deve-se ao fato de que as *Boas Práticas da Publicação Científica* implicam que, em momentos diferentes, as duas instâncias acabem por envolver-se com os mesmos artigos. O que se propõe como mais indicado (ressalvando que *mais indicado* não significa a inexistência de boas alternativas) é que os

editores associados e membros do Conselho Editorial Científico realizem a revisão de admissão (*desk review*) e sugiram os revisores *ad hoc* e, com base nos pareceres destes recomendem ao editor a primeira decisão editorial (rejeitar, reformular/ressubmeter ou reformular/aceitar). No caso da opção reformular/aceitar, o artigo, após a reformulação realizada pelos autores, vai para um integrante do Corpo Editorial Científico, ou para o editor, para verificar o atendimento ou a refutação fundamentada das sugestões dos pareceres e para uma recomendação final de aceitação ou não. Essa divisão de tarefas e responsabilidades tem o duplo mérito de colher diversas opiniões e de evitar a sobrecarga dos envolvidos.

O papel que o parágrafo anterior define para os editores associados compete ao editor nos periódicos com poucas submissões anuais (até ~50), o que justifica a não obrigatoriedade da existência daqueles em todos os periódicos. Por outro lado, é *necessário e salutar* que tal papel seja exercido *eventualmente* por um integrante do Corpo Editorial Científico. Ilustra-se, aqui, a diferença essencial entre editores e integrantes deste corpo: esta diferença não está na *natureza* das tarefas, mas na *frequência* com que são executadas por quem está em uma e outra função.

Assim sendo, quando um pesquisador é convidado para integrar o Corpo Científico, o editor deve explicitar claramente qual será a carga de trabalho dele esperada e o padrão das revisões e das cartas aos autores que se espera que sejam elaboradas. Essa atitude fará com que o grupo fique mais motivado para o trabalho, pois apenas os indivíduos realmente comprometidos aceitarão o convite (Feldman, 2008).

6. Papel do revisor de artigos do periódico científico

O trabalho de revisão é fundamental para a qualidade do periódico e, mais amplamente, para a literatura científica de uma área. Harrison (2002) argumenta que, ao longo do tempo, elaborar bons pareceres constrói uma reputação positiva e uma rede social de editores e colegas gratos. Além disso, atuar como revisor é uma contrapartida pelo trabalho de revisão de seus manuscritos por outros. Por este lado, seria esperado que os pareceres fossem muito bem elaborados e construtivos e que o tempo de avaliação fosse curto, pois, quando troca de papel, passando a ser autor, o pesquisador anseia que o retorno do periódico sobre o seu manuscrito venha com *contribuições pertinentes* e também com *rapidez*. Outro argumento, mais ou menos na mesma linha (de *dar para receber*), é que preparar bons pareceres confere o direito de exigir literatura científica de qualidade na área do conhecimento. Usufruir desta última sem contribuir com a primeira é um comportamento eticamente discutível.

A revisão para periódicos difere totalmente daquela preparada para eventos e consome muito mais tempo do revisor. O evento científico tem por objetivo discutir o conhecimento emergente, ainda “em ebulição”, com uma data-limite de submissão o mais próximo possível da sua realização. O foco da avaliação, portanto está em aceitar (ou não) o trabalho para apresentação. Já o periódico, embora ainda muito mais rápido que um livro, pode dar-se mais tempo: o objetivo principal da avaliação é o aperfeiçoamento do manuscrito, e não a definição de publicá-lo (ou não).

O revisor deve adotar um tom positivo, cordial e construtivo na avaliação. Se encontrar falhas¹⁰, deve usar adjetivos encorajadores, tais como *interessante*, *criativo* e *ambicioso*, seguidos de expressões como: *no entanto, ainda existem lacunas tais e tais*. Ter em mente que o autor, ao ler o parecer, tem de se sentir motivado a investir seu tempo no aperfeiçoamento do texto, e não em replicar críticas que considere desrespeitosas ou

¹⁰ Deve-se entender por *falha* qualquer problema de coerência lógica, acurácia ou clareza teórica, empírica ou metodológica no *conteúdo* do manuscrito. O revisor também deve apontar os erros gramaticais que *eventualmente* identificar *no texto*, mas essa não deve ser a sua preocupação principal.

ofensivas. Trzesniak (2009) menciona que *é uma missão conjunta de avaliadores, autores e editores, estabelecer uma cumplicidade cordial, rumo à excelência de conteúdo.*

As recomendações do parágrafo anterior, porém, somente valem para os casos em que esteja claro que *autores envidaram seus melhores esforços* na preparação do manuscrito. Tem se tornado bastante comum a submissão de trabalhos realizados sem cuidado nem dedicação, em uma tentativa de “delegar para cima”, a revisores e editores, as responsabilidades de autoria. Essa atitude francamente abusiva e eticamente inadequada, uma vez identificada, deve ser firmemente desencorajada no parecer.

O revisor deve usar sua posição com muito critério e discernimento, pois esta lhe permite propor a não publicação de um manuscrito, e os editores, *embora esteja em suas prerrogativas fazê-lo*, em geral, não se opõem às recomendações contundentes de rejeição de revisores. Esse poder de veto pode tornar difícil o florescimento de ideias não convencionais. Não se está cogitando, aqui, que o revisor possa incorrer na gravíssima falha ética de se manifestar contra a publicação de um artigo para proteger seus interesses particulares na área de conhecimento, mas pode ocorrer que ele não esteja “pronto” para apreciar as contribuições de trabalhos que contenham ideias novas: numa avaliação à luz do conhecimento estabelecido na área, pode *parecer* que manuscritos inovadores sejam teoricamente inconsistentes ou não atendam a padrões rigorosos de pesquisa (Frey, 2003).

Seguem-se recomendações pontuais de *Boas Práticas* para revisores, preparadas com base nas referências listadas.

- O revisor não deve aceitar a tarefa de avaliar um manuscrito caso não se sinta profissionalmente qualificado no respectivo tema.
- Se o processo de revisão é duplamente cego, o revisor deve informar o editor, caso a identidade do autor lhe seja conhecida. Quanto aos editores associados e aos membros do Corpo Editorial Científico, embora não lhes seja explicitamente informado quem são os autores, aqueles poderiam eventualmente vir a reconhecê-los a partir do estilo ou do conteúdo do próprio artigo; mas tal identificação não seria um impeditivo para prosseguirem com o processo de revisão de admissão (*desk review*) e para a indicação de possíveis revisores.
- Cada periódico estabelece um prazo para o retorno dos revisores e estes devem explicitamente comprometer-se a atendê-lo ou negociar sua alteração. Cumprir a data de devolução assim acordada é uma questão de ética, respeito e responsabilidade da função de revisor.
- O revisor deve ler com cuidado a política editorial e as instruções aos revisores do periódico. Os editores podem ter diretrizes que não lhe sejam familiares ou com as quais o revisor não concorde totalmente, e há o risco de este solicitar alterações incompatíveis com o que o periódico preconiza.
- Para obter uma primeira percepção geral do artigo, recomenda-se ao revisor efetuar sua leitura em profundidade em uma única sessão. Eventualmente, pode-se marcar ou anotar alguns pontos nessa leitura, mas a proposta é de apreender o todo, não se detendo em aspectos específicos. É também recomendável retomar o trabalho três ou quatro dias depois, percorrendo o texto minuciosamente e simultaneamente elaborando o parecer.
- O revisor deve atentar para o fato de que diferenças de paradigma *podem* influenciar sua decisão sobre a qualidade do manuscrito e conscientemente evitar que isso ocorra.
- O revisor deve apontar as falhas corrigíveis e *necessariamente* indicar o que pode ser feito para saná-las. Um bom revisor, no entanto, possibilitará aos autores uma flexibilidade que lhes permita continuar escrevendo o artigo que querem escrever. O revisor deve, sempre, avaliar o custo-benefício de cada mudança solicitada em termos da efetiva melhoria na qualidade do manuscrito.

- Sempre que cientificamente pertinente, deve-se sugerir aos autores referências relevantes para o manuscrito e/ou sua reformulação.
- O revisor deve esforçar-se ao máximo para apontar *todas* as alterações que julgar pertinentes na primeira revisão do manuscrito, de modo a evitar novas recomendações cada vez que este retornar reformulado.
- Quando receber um manuscrito, reformulado pelos autores a partir de recomendações suas, de outros revisores e dos editores, atentar para as recomendações dos demais revisores antes de emitir um novo parecer.
- Caso o manuscrito apresente falhas *incorrigíveis*, avaliar a possibilidade de apontá-las como *limitações do artigo* na seção apropriada. Não sendo viável, recomendar sua rejeição, indicando a razão que torna as falhas insanáveis.
- Quando recomendar a rejeição de um manuscrito, o revisor deve apontar as razões com muita objetividade e clareza.

7. O autor

Conforme mencionado no início deste documento, autores têm suas respectivas carreiras afetadas pela publicação de artigos em periódicos, o que os leva, frequentemente, à perspectiva de que eles sejam o centro do processo. A isto se adiciona o fato de que muitos pesquisadores iniciantes veem a editoria científica como uma caixa preta.

A seguir, são listados alguns pontos relevantes, inspirados em Moizer (2009), Konrad (2008), Ryan (2008) e COPE (2010), que podem ser úteis para os autores terem mais sucesso em suas iniciativas de publicação de manuscritos.

- Observar atentamente a política editorial e uma amostragem de artigos recentemente publicados para selecionar o periódico para o qual irá enviar seu manuscrito. Uma sintonia nesses aspectos aumenta consideravelmente a probabilidade de aceitação para o processo editorial, enquanto sua falta pode levar à rejeição já na revisão de admissão (*desk review*).
- Somente submeter manuscritos que estejam gramaticalmente revisados e estritamente de acordo com as normas para formatação, citações e referências estabelecidas nas *instruções aos autores* do periódico. Não atender a esses pontos implica uma rejeição na revisão de admissão.
- Apresentar claramente as ideias, incluindo a utilização adequada de ilustrações e referências. Os trabalhos devem seguir o formato do periódico e, em geral, são compostos das seguintes partes: (i) *introdução*, que estabelece a finalidade da pesquisa (qual o tema do artigo, problematização, e qual o seu objetivo) e trata de sua relevância; (ii) *referencial teórico*; (iii) *metodologia ou métodos e técnicas*; (iv) *resultados e discussão*; (v) *conclusões e recomendações*; e (vi) *referências cuidadosamente revisadas conforme o padrão do periódico*.
- Brown (2005) mostra a importância de divulgar, apresentar e discutir manuscritos em *workshops*, prática que aumenta a probabilidade de aceitação por periódicos especializados. Outra recomendação é solicitar a colegas *críticos* que leiam e comentem o manuscrito antes de submetê-lo. Contribuições efetivamente relevantes podem ser reconhecidas mediante inserção, no texto, de um agradecimento nominal a quem as tenha feito, procedimento que se aplica também a pareceres de revisores especialmente construtivos, que tenham ensejado melhorias significativas no trabalho.
- É uma infração ética grave submeter um mesmo manuscrito a mais de um periódico ou enviá-lo a um novo periódico sem retirá-lo formalmente de algum outro em que o texto esteja sendo avaliado.

- Submeter artigos que tenham uma sobreposição considerável será somente cabível caso os textos se destinem a públicos diferentes (por exemplo, profissional e acadêmico), mas será inaceitável (comportamento ético inadequado) se as audiências forem as mesmas. Ainda nesta linha, somente se admite gerar vários manuscritos a partir de um mesmo conjunto de dados se: (i) *não for possível* esgotar as informações contidas nos dados em um único artigo integrador, que seja claro e significativo; e (ii) os vários artigos tenham finalidades distintas (Fine; Kurdek, 1994).
- É abusivo e inaceitável, sob ponto de vista ético, efetuar a submissão de um manuscrito com limitações conhecidas pelos autores, que poderiam perfeitamente ser por eles corrigidas, na expectativa de que seja aceito apesar dessas limitações ou com o propósito de transferir a editores e revisores a função de melhorá-lo (*talvez "eles" não detectem tudo, e terei de trabalhar menos ou vou deixar alguns pontos inadequados para os revisores apontarem, talvez "eles", assim, não percebam os erros mais sérios*). Igualmente grave é beneficiar-se das recomendações de um bom parecer de um periódico, efetuar os aperfeiçoamentos solicitados e aí enviar o manuscrito para outro, que julgar mais qualificado.
- Referenciar devidamente a eventual réplica de métodos de outros pesquisadores e todas as afirmativas que não estiverem amparadas pela pesquisa descrita no artigo. No entanto, respeita sempre que o que deve ser referenciado são *idéias* e *argumentos*, e não *frases descontextualizadas*, dos autores citados. Considerar, também, que um artigo deve ter uma contribuição de quem o escreve, e não pode, portanto, apresentar referências em número comparável ao de parágrafos.
- Constitui grave infração ética citar trabalhos de pertinência discutível, visando a ampliar o respectivo impacto. Por outro lado, é igualmente conduta ética inadequada deixar de fazê-lo por antipatia ou preconceito de qualquer ordem.
- É preciso saber que todos os autores referenciados são candidatos a avaliadores de seu manuscrito.
- Lembrar-se de que o ingresso no processo de revisão não implica aceitação para publicação.
- É preciso, também, manter-se consciente de que um manuscrito *sempre* pode ser aperfeiçoado pelo olhar externo. É bastante comum, ao tomar conhecimento de um comentário ou recomendação de parecer, ser difícil para o autor entender por que o avaliador assinalou ou comentou uma determinada passagem ou construção. Para ele, autor, tudo está perfeito: por conhecer muito bem a pesquisa, sua mente cobre as lacunas e elimina as imperfeições do texto. A recomendação então é *nunca descartar levemente uma ponderação do avaliador*: ele pode até não ter apanhado exatamente o *espírito da coisa* naquele ponto, mas sentiu algo estranho ali. Uma revisão é quase certamente necessária (Trzesniak, 2004b).
- Aprender, portanto, a absorver os comentários derivados do processo de revisão e esforçar-se ao máximo para entender e incorporar o maior número possível deles. Porém, se após todo o empenho alguns comentários se mostraram *justificadamente* inadequados, não incorporá-los: preparar uma nota educada ao revisor, explicando suas razões para não atender à solicitação. Em geral, uma mensagem deve sempre ser enviada ao periódico, explicando como cada ponto levantado pelos revisores foi utilizado para melhorar o manuscrito.
- Aprender a aceitar a rejeição e analisar as razões desta. Considerar a possibilidade de um novo documento ser criado a partir do rejeitado ou se uma versão revista do documento poderia ser publicada em outro periódico. Não é uma boa ideia simplesmente enviar o mesmo manuscrito para outra revista. Entre outras coisas, pode ocorrer de o mesmo revisor ser solicitado a avaliar seu manuscrito.

- Manter-se motivado. Motivação e crença em seu próprio trabalho são elementos importantes para determinar a aceitação de seus manuscritos.
- Trabalhar em rede com outros pesquisadores, pois o processo de colaboração, além de favorecer a motivação e a produtividade, oferece a multiplicidade de visões, identificando e contornando limitações e aperfeiçoando ideias e argumentos. Porém, para não incorrer em falta ética, *somente inclua como coautores aqueles que tenham contribuído efetiva e significativamente para a pesquisa* (Sherrell; Cabelo; Griffin, 1989). O agradecimento formal, no texto, é uma alternativa saudável (*Boa Prática*) para envolvimento relevantes, porém de menor monta, na elaboração do manuscrito.
- Estar sempre envolvido com mais de um manuscrito, pois em geral há um lapso de tempo entre a submissão e a publicação em periódicos.
- Evitar a submissão demais de dois artigos por ano a uma mesma publicação.
- Ficar na expectativa de ser acionado como revisor pelo periódico que tenha publicado o seu manuscrito, principalmente se este tiver sido bem avaliado. Os editores sempre consideram que autores dos artigos que publicam são revisores em potencial, especialmente se os julgarem perspicazes e capazes de responder num prazo curto. No caso de atuar como revisor, fazê-lo com dedicação, presteza e máxima seriedade científica. Contribuir para a melhoria do manuscrito com se fosse seu, ambicionando que, após a publicação, os autores e as autoras possam orgulhar-se dele com justiça, e que ele tenha um impacto significativo na área do conhecimento.

Referências

- Botsford, G. (1993). Remembering Mr. Shawn. *The New Yorker* (dec. 28, 1992/jan. 4, 1993), p. 139.
- Brown, L. D. (2005). The importance of circulating and presenting manuscripts: Evidence from the accounting literature. *The Accounting Review*. **80**(1), p.55-83.
- COPE. (2010). Committee on Publication Ethics. Disponível em <http://publicationethics.org/>. Acessado em 02 de setembro de 2010.
- DeNisi, A. (2008). Managing the editorial review process: It's the people that matter. In Baruch, Y.; Konrand, A.M.; Aguinis, H.; Starbuck, W.H. (ed). *Opening the black box of editorship*. New York: Palgrave.
- Feldman, D. C. (2008). Building and maintaining a strong editorial board and cadre of ad hoc reviewers. In Baruch, Y.; Konrand, A.M.; Aguinis, H.; Starbuck, W.H. (ed). *Opening the black box of editorship*. New York: Palgrave.
- Fine, M. A.; Kurdek, L. A. (1994). Publishing multiple journal articles from a single data set: Issues and recommendations. *Journal of Family Psychology*. **8**(4), p.371-379.
- Frey, B. S. (2003). Publishing as prostitution? – Choosing between one's own ideas and academic success. *Public Choice*, **116**(1-2), p.205-223.
- Harrison, D. (2002). Obligations and obfuscations in the review process. *Academy of Management Journal*. **45**(6), p. 1079-1084.
- Kacmar, K.M. (2008). Setting up an effective manuscript-review process. In Baruch, Y.; Konrand, A.M.; Aguinis, H.; Starbuck, W.H. (ed). *Opening the black box of editorship*. New York: Palgrave.
- Konrad, A.M. (2008). Knowledge creation and the journal editor's role. In Baruch, Y.; Konrand, A.M.; Aguinis, H.; Starbuck, W.H. (ed). *Opening the black box of editorship*. New York: Palgrave.

Lo Bianco, A. C., Hutz, C. S., Bueno, J. L., Feitosa, M. A. G., Guedes, M. C., Yamamoto, O. H., Menandro, P. R. M., & Koller, S. H. (2002). *Manual 2001: instruções para o preenchimento da ficha de avaliação de periódicos científicos em Psicologia elaborada pela ANPEPP-CAPES* (Versão 2002). Recuperado em 10 de outubro de 2010, de <http://www.anpepp.org.br/manual2002.FINAL.doc>

Moizer, P. (2009). Publishing in accounting journals: a fair game? *Accounting, Organizations and Society*. **34** (2), p. 285–304.

Ryan, A.M. (2008). How may I help you? Editing as service. In Baruch, Y.; Konrand, A.M.; Aguinis, H.; Starbuck, W.H. (ed). *Opening the black box of editorship*. New York: Palgrave.

Sherrell, D.L.; Hair, J.F., Jr.; Griffin, M. (1989). Marketing academicians' perceptions of ethical research and publishing behavior. *Academy of Marketing Science Journal*. **17**(4), p.315–324.

Tobochnik, J. (2008). The art of doing. *American Journal of Physics*, **76**(8), p. 701.

Trzesniak, P. (2001). Cargos e funções associados à publicação científica: uma proposta de nomenclatura. In: *X Curso de Editoração Científica (notas)*. Petrópolis, RJ: Associação Brasileira de Editores Científicos.

Trzesniak, P. (2004a). A designação/substituição de editores científicos de publicações periódicas: um modelo para discussão. *Informativo da Sociedade Entomológica do Brasil*, **29**(2). Recuperado em 19 de outubro de 2010, de <http://www.seb.org.br/informativo/pdf/Info29-2.pdf>

Trzesniak, P. (2004b): Qualidade e produtividade nos programas de pós-graduação: a disciplina seminários de dissertação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* **1**, 111–125. Disponível em:

http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004/_111_125_qualidade_e_produtividade_nos_programas.pdf

Trzesniak, P. (2006). As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área da educação. *Revista Brasileira de Educação*. **11**(32), maio/ago, p. 346–377.

Trzesniak, P. (2009). A estrutura editorial de um periódico científico, in: Sabadini, A. A. Z. P.; Sampaio, M. I. C.; Koller, S. H.: *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo/SP: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia e Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (ISBN 978-85-86736-33-9). Disponível em: <http://www.publicarempsicologia.blogspot.com/> (download gratuito).